

como a democracia o é no plano político» (p. 122).

Seria interessante, no rescaldo deste livro, pensar as suas réplicas, numa espécie de seriação deste tema, com o mesmo grupo de autores.

LUÍSA SCHMIDT

Cláudia Castelo, O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961), Porto, Edições Afrontamento, 1999, 166 páginas.

Este trabalho de Cláudia Castelo, que resulta da sua tese de mestrado, laureada em 1997 com o Prémio de História Contemporânea para Jovens Investigadores instituído pela Universidade do Minho, é um livro importante, servido por belas qualidades de estilo e de rigor metodológico, que lança uma nova luz sobre a ideologia colonial portuguesa no século XX. O subtítulo situa-nos no coração da problemática privilegiada pela autora e que é a das relações entre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e a ideologia colonial salazarista. Afastando-se dos lugares-comuns, animada da vontade de compreender, e não da tentação de julgar, que por vezes espreita o historiador, Cláudia Castelo interroga-se sobre a influência que os trabalhos do escritor e sociólogo

brasileiro exerceram no Portugal do Estado Novo. O objecto não é, pois, avaliar as qualidades científicas dos trabalhos de Gilberto Freire, nem tão-pouco a evidente falta de correspondência entre o discurso colonial oficial, revestido de luso-tropicalismo, e a realidade da política colonial. O propósito é outro, bem mais inovador e, ao fim e ao cabo, esclarecedor. Trata-se, antes de mais, de compreender como e porquê o regime salazarista acabou por se apropriar daquilo que eu, pela minha parte, designaria de bom grado por «vulgata luso-tropicalista», expressão que a autora não utiliza, mas que traduz a ideia de um «luso-tropicalismo reproduzido e recriado em Portugal» (p. 14).

Graças a uma selecção muito rigorosa de textos e de citações extraídos das melhores fontes, a autora dá-nos a ler e a ouvir o teórico do luso-tropicalismo, Gilberto Freyre, bem como os seus epígonos e denegridores. Mas, se Cláudia Castelo sabe, muito judiciosamente, prescindir de protagonismo («num trabalho no âmbito da história da ideologia colonial [...] pensamos que se justifica deixar 'ouvir' directamente os autores») (p. 16), nem por isso a satisfaz justapor textos e produzir *in fine* uma antologia brilhante. Depois de nos explicar a génese e as estruturas da teoria luso-tropicalista a partir do percurso intelectual de Gilberto Freyre e das suas obras fundamentais, da *Casa-Grande e Senzala* a *O Luso e o Trópico*, publicadas, respectivamente, em 1933 e em 1961 (capítulo I), e de passar em revista — tarefa

decerto útil, mas com pouco de inovador e, por conseguinte, um tanto longa — a evolução da política colonial do Estado Novo (capítulo II), a autora mostra-nos de forma clara e pertinente como o luso-tropicalismo, a princípio apenas reconhecido por alguns, raros, cenáculos de universitários e de intelectuais portugueses, acaba por ser amplamente aceite no âmbito das ciências sociais e recuperado no plano ideológico ao longo da década de 1950 para, em seguida, ser instrumentalizado pelo regime salazarista, não sem que este o tivesse por muito tempo ignorado, ou mesmo olhado com desconfiança (capítulo III).

Com efeito, a «mística imperial» fortemente impregnada de «darwinismo social», tal como fora concebida por Armindo Monteiro — e a propaganda do Estado Novo se encarregara de difundir maciçamente nos anos 30 —, revelava-se muito afastada, se não mesmo antinómica das ideias de Gilberto Freyre sobre as virtudes da miscigenação, a tal vasta mestiçagem e a tal ampla interpenetração de culturas constitutivas de *O Mundo que o Português Criou*. A apropriação do «luso-tropicalismo» — termo usado pela primeira vez por Gilberto Freyre numa conferência em Goa em Novembro de 1951 — iria ter por pano de fundo as mudanças de paradigma do sistema colonial europeu. A recuperação de certas ideias de Gilberto Freyre explicava-se pelo facto de o regime salazarista, sobretudo perante o exterior, andar então à procura de uma justificação ideológica, bem

como de legitimação científica, para a sua nova «política ultramarina», iniciada aquando da revisão constitucional de 1951.

Muito a propósito, o luso-tropicalismo vinha oferecer-lhe a caução e Gilberto Freyre conferir-lhe o seu prestígio intelectual, ele próprio convidado pelas autoridades portuguesas para uma longa visita a «terras lusitanas» (Agosto de 1951-Janeiro de 1952), reproduzida em duas obras polémicas, em forma de narrativas de viagem, *Aventura e Rotina* e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. A concomitância da revisão constitucional com esta viagem, teoricamente «de estudo e de pesquisa», mas de facto com muito de oficial e de turística, sublinhava com ênfase a estreita correlação entre a vertente jurídica da reorientação da antiga política colonial salazarista e a sua vertente ideológica, que tomava vulto no luso-tropicalismo. Como mostra Cláudia Castelo, e muito bem, num período de dez anos as teorias de Gilberto Freyre deixariam a situação de quase confidencialidade em que ainda se encontravam em Portugal nos finais da década de 40 para passarem a estar investidas do estatuto, não de doutrina oficial, mas de «pronto-a-pensar» colonial, com uma versão simplificada, expurgada, do luso-tropicalismo posta «ao serviço da política externa portuguesa» (pp. 96-101).

Perante a comunidade internacional, à vista das críticas de que era alvo nas Nações Unidas a política ultramarina do salazarismo, as obras do sociólogo brasileiro eram utilizadas

como caução científica legitimadora da construção e da defesa das pretensas «sociedades multirraciais», o que de certa forma conferia excepcionalidade portuguesa às «províncias ultramarinas». *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958) e depois *O Luso e o Trópico* (1961) iriam, assim, servir de breviário aos serviços consulares portugueses no estrangeiro, imbuídos, portanto, da divina palavra luso-tropical e encarregados de a propagar («um esforço sistemático por parte do MNE de doutrinação dos diplomatas portugueses no luso-tropicalismo», p. 100). Nos círculos de poder salazaristas ia-se impondo progressivamente um luso-tropicalismo básico, reduzido à exaltação tão simplista como enganadora do «génio colonizador» dos Portugueses, a qual viria a ter o seu culminar ideológico por ocasião das comemorações do 5.º centenário da morte do infante D. Henrique (1960), com Gilberto Freyre a propor habilmente uma aproximação sincrética à sua «mística luso-cristã de integração» (*O Luso e o Trópico*, pp. 225-242). Persuadidos — ou simulando essa persuasão — de que estavam a prosseguir a missão que lhes fora confiada pelo infante D. Henrique, apresentado como o precursor do luso-tropicalismo, a maioria dos dignitários do regime reconhecia-se então, com mais ou menos sinceridade e candura, nesta mística. Muitos foram os que na altura, um pouco ao jeito de Monsieur Jourdain, no *Bourgeois gentilhomme* de Molière, em relação à prosa, fizeram luso-tropicalismo sem o saberem.

A opção de Cláudia Castelo pelo ano de 1961 como data-limite para o seu estudo é um tanto discutível, mesmo que, ao que tudo indica, a justificação se prenda com a quase concomitância da publicação de *O Luso e o Trópico* com o início da guerra colonial em Angola e a invasão de Goa. No final desse mesmo ano de 1961, com efeito, Gilberto Freyre distancia-se do regime salazarista, sublinhando, em Junho de 1962, que «o seu conceito de comunidade luso-tropical não é um conceito político, mas sociológico», vindo depois a declarar-se «sensível às aspirações de independência dos povos sob soberania portuguesa» (p. 26). Há então uma página que se vira com o fim da década iniciada em 1951 pela viagem de «um brasileiro em terras portuguesas», década marcada pela apropriação progressiva do luso-tropicalismo pelo regime salazarista. Por outro lado, a escolha de 1961 inscreve-se seguramente numa lógica académica de investigação universitária em que convém delimitar o objecto de estudo, lógica em nome da qual se torna por vezes mais prudente não pretender cobrir um campo cronológico demasiado vasto.

A verdade, porém, é que uma escolha deste tipo deixa o leitor, de certa forma, «insaciado», de tal modo a análise do período de 1933 a 1961 é estimulante e se fica a querer conhecer o fim da história sem ser através de pequenos fragmentos dispersos. Aberto assim o apetite, gostaríamos de saber mais sobre a instrumentalização do luso-tropicalismo na década de 1960 tanto na

cena internacional (declarações de Salazar e do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira) como no plano interno — por exemplo, através da experiência como ministro de Adriano Moreira (Abril de 1961-Dezembro de 1962), um dos mais fiéis admiradores do «mestre do Recife» e também um dos maiores conhecedores da sua obra, além das tentativas de recuperação desta por parte quer dos «integracionistas», quer dos «partidários da autonomia», bem como através das mais insólitas manifestações da mitologia «multirracalista», como a exploração da epopeia da selecção nacional de futebol e da sua «pantera negra», Eusébio, aquando da Taça do Mundo em 1966, ou ainda, finalmente, através da evolução do estatuto «científico» do luso-tropicalismo no seio das ciências sociais no Portugal da década de 1960. Em suma, gostaríamos de compreender melhor até que ponto o ano de 1961 marca, de facto, um corte fundamental, se não um fim, nas relações ambíguas entre a ideologia colonial portuguesa e o luso-tropicalismo.

À parte esta divergência de natureza cronológica e alguns, raros, erros de pormenor (é o caso da Conferência de Bandung, que não se realizou em 1954, como é referido por duas vezes na nota 161 da p. 99 e na p. 139), lamenta-se ainda que a autora não tenha, ao que tudo leva a crer, recorrido mais profusamente aos testemunhos orais. Sem descurar a prudência metodológica que este procedimento impõe, esses testemunhos — estamos a pensar, por exem-

plo, no interesse de uma série de entrevistas com uma personalidade como Adriano Moreira — teriam por certo lançado mais luz sobre a análise de não poucos pontos. Mas, enfim, isso excederá, provavelmente, o âmbito da obra, pelo que continuam a ter livre curso as conjecturas quanto ao verdadeiro impacte desta ideologia colonial impregnada de luso-tropicalismo na mentalidade da população portuguesa no seu conjunto, e não apenas nas mentalidades das elites políticas ou intelectuais, elites, em suma, cujo grau de receptividade às teorias de Gilberto Freyre a obra de Cláudia Castelo nos permite, em contrapartida, apreender.

Trata-se de um assunto que recorrentemente suscita interrogações a partir do momento em que se procura reflectir não só sobre as modalidades e o alcance desta construção de um imaginário colectivo com as cores de uma nação «una e indivisível», pluricontinental, mas também, mais comumente, sobre o impacte, ao longo deste século, da ideologia colonial nas construções identitárias e, para além disso, no «modo português de estar no mundo», que Cláudia Castelo tão sensatamente escolheu para título da sua obra e ao estudo do qual consagra o último capítulo (capítulo IV), mediante três temas que substanciam o luso-tropicalismo e que são a miscigenação, a interpenetração de culturas e a vocação ecuménica encarnada pela ideia de «missão evangelizadora» (pp. 131-136). O eco passado, mas ainda actual, encontra-

do por um luso-tropicalismo decididamente polissémico suscita, de facto, a questão da perpetuação de «uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa» (p. 14), a «hiperidentidade» a que Eduardo Lourenço faz referência na citação que abre a introdução (p. 13) e com que a obra se encerra (p. 140).

Como recorda a autora, citando um excerto do capítulo que Marc Ferro consagra, de forma interrogativa, à «excepção portuguesa» na sua *Histoire des décolonisations*, «é frequente os mitos disporem de uma força maior de verdade do que o real». O luso-tropicalismo é um desses mitos polimórficos e ambivalentes que irrigam o imaginário português. Como qualquer outro mito, o luso-tropicalismo revela-se simultaneamente ficção, sistema explicativo e mensagem mobilizadora. É essencial tentar descodificar os mecanismos, como é essencial haver historiadores que contribuam com a sua quota-parte para este empreendimento. Penetrar com audácia no que o historiador Raoul Girardet chamava «labirinto desconcertante da realidade mítica»¹, mostrando assim até que ponto a história das ideias políticas não tem qualquer motivo para rejeitar o imaginário político, não é, por certo, um dos méritos menores da obra de Cláudia Castelo.

YVES LÉONARD

Lu Ning, The Dynamics of Foreign-Policy Decisionmaking in China, Boulder, Co., EUA, Westview Press, 1997, 215 páginas.

São raríssimos os estudos sobre a forma como funcionam, interagem e se relacionam as várias estruturas e agentes que constituem o sistema de formulação e execução da política externa chinesa. Na realidade, contam-se pelos dedos os trabalhos sobre este tema, no que diz respeito ao período que decorre entre 1949 e meados do decénio de 1990. Por esta razão, é do maior interesse o trabalho de Lu Ning. Este ex-diplomata e antigo assessor de um dos vários vice-ministros dos Negócios Estrangeiros da China continental e correspondente do diário *The Business Times*, de Singapura, consegue neste óptimo livro revelar aos estudiosos da China, das relações internacionais e das políticas externas comparadas a complexidade e, simultaneamente, as particularidades do sistema de decisão nos domínios da formulação e execução da política dos assuntos exteriores do País do Meio (*Zhōngguó*).

O livro está dividido em sete capítulos distintos, mas complementares. Neste trabalho é abordada de uma forma sucinta, mas profunda, a estrutura de decisão da política externa chinesa. Segundo Lu, esta estrutura é constituída por quatro amplas subestruturas: os decisores centrais; os órgãos de consulta, coordenação e supervisão política; os órgãos de recomendação e execução de políticas,

¹ Raoul Girardet, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil, colecção «L'Univers historique», 1986, p. 18.